

**SÚMULA DA 138ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEAU-CAU/RS**

<b>DATA:</b>	30 de agosto de 2020	<b>HORÁRIO:</b>	Das 14h15 às 15h50
<b>LOCAL:</b>	Reunião remota, realizada por meio de vídeo conferência, conforme Ad Referendum 006/2020.		

<b>PARTICIPANTES</b>	Tiago Holzmann da silva	Presidente do CAU/RS
	Vicente Brandão	Coord. adjunto – Presidente da AsBEA/RS
	Evandro Cardoso Medeiros	Presidente do SAERGS
	Rafael Passos	Presidente do IAB/RS
	Cláudio Fischer	Coordenador da CEF-CAU/RS
	Ortiz Adriano Adams de Campos	Coordenador da CEP-CAU/RS
<b>CONVIDADOS:</b>	Andréa Hamilton Ilha	Presidente do IAB/RS Núcleo Fronteira – Fórum das Entidades
<b>ASSESSORIA E SECRETARIA</b>	Fausto Loureiro	Chefe de Gabinete
	Carla Lago	Secretária Executiva

**1. Verificação de quórum**

<b>Presenças</b>	Registra-se a ausência justificada da presidente da AAI/RS, Gislaíne Saibro, e da presidente da SEASC, Patrícia Lopes.
------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**2. Extrapauta**

Não há assuntos extras.

**3. Ordem do dia:****3.1 Apresentação sobre o Salário Mínimo Profissional**

<b>Fonte</b>	AsBEA/RS
<b>Relator</b>	Vicente Brandão
<b>Discussão</b>	O coord. adjunto e presidente da AsBEA/RS, Vicente Brandão, inicia falando do atual mercado de trabalho da profissão, especialmente para os recém-formados, que possuem poucas oportunidades. O presidente do SAERGS, Evandro Medeiros, trata da questão do ambiente e condições de trabalho, e da realidade da remuneração dos profissionais neste contexto. Ele sugere que as entidades, via CEAU-CAU/RS, promovam cursos, debates, campanhas e seminários junto às IES, com o objetivo de conscientizar os alunos sobre o papel do empregado e do empregador. Esse mesmo esclarecimento cabe aos empregadores. Entende que uma melhor relação de trabalho pode, a longo prazo, impactar positivamente no pagamento do salário mínimo profissional. O presidente Evandro ainda estabelece uma relação do assunto com a Agenda 2030 da ONU, na ODS que trata sobre “Trabalho Decente”, dizendo que, no atual cenário, o salário mínimo não é aplicável, principalmente neste ano de pandemia. Assim, propõe que as entidades trabalhem com um cenário de 10 anos para que, em 2030, os



profissionais tenham uma remuneração justa, com respeito aos direitos de trabalho, e que haja uma melhor promoção de empregos, proteção social e fortalecimento do diálogo social. Também entende que é cabível uma campanha junto aos profissionais do setor público, buscando a conscientização destes sobre a profissão e atuação no seu setor. O presidente do SAERGS diz que há duas possíveis formas de regularização da prática, sendo a primeira por meio da adequação da Lei - como tratado pelo cons. Oritz, e outra mediante mudança na cultura da compreensão e abordagem pelos arquitetos e urbanistas e escritórios de arquitetura. Para ele, se houver uma transformação no comportamento institucional, daqui a um tempo se constitui a prática de um salário digno, não podendo, assim, ser deliberadamente retirada pelo poder público através de alterações por instrumentos legais. Complementando, expõe a necessidade de uma campanha de conscientização para a participação dos profissionais nas entidades, pois é o ambiente de origem dessas discussões. Na sua compreensão, é papel da AsBEA/RS orientar os profissionais dos escritórios de arquitetura e urbanismo a buscarem as entidades. O coordenador da CEP-CAU/RS, Oritz Adriano Campos, fala que deve haver uma adequação na Lei do salário mínimo profissional, mas antes esse debate deve ampliado para os demais CEAU-CAU/UF, e sugere que a pauta seja encaminhada por este Colegiado ao CEAU/BR. O presidente do IAB/RS, Rafael Passos, é favorável a esse encaminhamento. O presidente do CAU/RS, Tiago Holzmann da Silva, entende como adequada a medida, mas fala que é preciso que o tema esteja fortalecido no CEAU-CAU/RS antes deste encaminhamento. O Rafael Passos, presidente do IAB/RS, questiona se é cabível a retomada da discussão acerca do salário mínimo profissional nos termos feitos até agora na reunião, lembrando que sua função é ajudar a balizar o mercado de trabalho. Fala que, caso se pense em destituí-lo, pode haver um prejuízo para os empregos formais, causando um efeito contrário ao que a discussão se propõe, contribuindo para o aumento da desigualdade salarial no setor. Registra sua preocupação com os meios de entrada dos recursos financeiros (salário e honorários) nesse mercado e acredita que há uma desigualdade regional na formação de arquitetos, considerando que só no RS há mais de 40 cursos de Arq. e Urb., o que impacta na cadeia produtiva e na concorrência. O presidente do IAB/RS diz que esse debate deve ser ampliado também para os escritórios de arquitetura e urbanismo. O coord. da CEP-CAU/RS, Oritz Campos, sugere que o CAU/RS utilize o Convênio firmado com a UFRGS para solicitar apoio junto aos Departamentos competentes – Economia, por exemplo, para a elaboração de uma equação mais adequada para a fórmula do salário mínimo profissional. Propõe que se busque essa mesma parceria com Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Para o presidente do CAU/RS, Tiago Holzmann da Silva, trata-se de uma questão histórica e a tendência é piorar, rebaixando o valor do trabalho, visto o aumento do número de profissionais e a cultura do mercado. Ainda, dá o exemplo do salário dos docentes que, por não serem contratados como profissionais, vem decaindo muito. O presidente fala também da tabela de honorários que, assim como a Lei do salário mínimo profissional, é muito mais conceitual do que funcional. Segundo ele, é preciso criar uma condição real, considerando a construção de ações que permitirão a aplicação da Lei e da tabela de honorários a médio/longo prazo. O presidente acredita que uma das alternativas de melhoria é adotar a técnica do escalonamento salarial, mas que, por outro lado, isso pode gerar uma rotatividade nas empresas, prejudicando o mercado. Sobre isso, o presidente do SAERGS, Evandro Medeiros, contrapõe a situação do servidor público,



	<p>que fica atrelado ao salário estabelecido em edital. A presidente do IAB/RS Núcleo Fronteira e representante do Fórum das Entidades no CEAU-CAU/RS, Andréa Hamilton Ilha, aborda as peculiaridades do mercado conforme região do Estado, que deve ser levado em consideração nesse debate. O Fausto Loureiro, chefe de gabinete, sugere um diálogo sobre o papel do arquiteto no século XXI, sendo um cenário de ponto de partida para essa discussão. Após debate, os presentes encaminham o tema da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Retomar a pauta na 140ª reunião do Colegiado, com a participação de convidado da AsBEA/RS;</li><li>• O pres. da AsBEA/RS, Vicente Brandão, elaborará planilha contextualizando os diferentes cenários de mercado x relações de trabalho;</li><li>• A Andréa Ilha, presidente do IAB/RS Núcleo Fronteira, elaborará documento a ser enviado às demais entidades do Colegiado para contribuições.</li></ul>
<b>Encaminhamento</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Pautar o assunto para a 140ª Reunião do CEAU-CAU/RS – Carla Lago</li><li>• Criar planilha apontando os cenários do mercado x relações de trabalho – Vicente Brandão</li><li>• Agendar participação de convidado da AsBEA/RS na 140ª Reunião – Evandro Medeiros.</li></ul>
<b>Responsável</b>	Conforme acima

### 3.2 Licenciamentos e vistorias – Relações com o poder público

<b>Fonte</b>	IAB/RS
<b>Relator</b>	Rafael Passos
<b>Discussão</b>	<p>O presidente do IAB/RS, Rafael Passos, relata que alguns conselheiros do CMDUA ingressaram com representação no Ministério Público/RS em relação a certos decretos municipais; e diz que a Comissão de Direito Urbanístico da OAB/RS também se manifestou formalmente neste mesmo sentido. Informa que o MPE/RS acolheu a representação e instaurou inquérito civil. Neste sentido, solicita que o CAU/RS avalie, sob o aspecto jurídico, esses decretos recentes publicados pela PMPA e também o inquérito civil do MPE/RS. Sobre o CMDUA, registra que está se reunido remotamente e que vem ocorrendo uma coordenação restritiva, por parte da presidência do Conselho, com relação à participação dos conselheiros nas reuniões. Considerando o cenário, o pres. do SAERGS, Evandro Medeiros, sugere a redação de documento conjunto cobrando transparência e participação das entidades nas discussões, previamente à publicação desses instrumentos. Propõe que os engenheiros sejam convidados para esse debate. Como encaminhamento, as entidades discutirão internamente e apresentarão suas deliberações na próxima reunião. Após, será elaborado documento direcionado à PMPA, pedindo a inclusão das entidades nesse processo de tomada de decisão.</p>
<b>Encaminhamento</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• As entidades discutirão internamente e apresentarão suas deliberações na próxima reunião do CEAU-CAU/RS.</li><li>• Pautar o tema para a próxima reunião – Carla Lago.</li></ul>
<b>Responsável</b>	Conforme acima.

### 3.3 Novas restrições para obras – em Porto Alegre e outras cidades



<b>Fonte</b>	IAB/RS
<b>Relator</b>	Rafael Passos
<b>Discussão</b>	O coord. adjunto, Vicente Brandão, fala que se trata de pauta sobre reforma de interiores. Os presentes debatem sobre a retomada somente das obras públicas, desconsiderando o setor privado. Sobre isso, o coordenador da CEP-CAU/RS, cons. Oritz Campos, explica que a verba para execução dessas obras é prevista no orçamento e que, uma vez não utilizada, é considerada perdida. Segundo ele, trata-se de necessidade pública, o que justifica a liberação pelo governo. Ainda sobre as obras públicas, o Rafael Passos, presidente do IAB/RS, fala que é preciso discutir os protocolos de retomada dos canteiros de obra, considerando o grande número de pessoas trabalhando durante um mesmo período. Acerca das reformas de interiores, o pres. do SAERGS, Evandro Medeiros, diz que aquelas cujos espaços estejam ocupados devem ser concluídas o mais breve possível em virtude de questões sanitárias. Como encaminhamento, o assunto será retomado na próxima reunião, devendo ser convidado o Sr. Barrinuevo.
<b>Encaminhamento</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Pautar o assunto para a próxima reunião – Carla Lago</li><li>• Convidar o Sr. Barrinuevo a participar a participar da reunião – Fausto Loureiro</li></ul>
<b>Responsável</b>	Conforme acima.

#### 4. Comunicações:

Não há comunicações.

#### 5. Pauta para a próxima reunião

<b>Pauta</b>	<b>Licenciamentos e vistorias – Relações com o poder público</b>
<b>Relator</b>	Rafael Passos
<b>Pauta</b>	<b>Novas restrições para obras no Estado</b>
<b>Relator</b>	Rafael Passos
<b>Pauta</b>	<b>Marco do Saneamento</b>
<b>Relator</b>	Gislaine Saibro

#### 6. Leitura, discussão e aprovação da súmula

A súmula é assinada pela coordenação e secretaria da reunião.

**VICENTE BRANDÃO**

Coordenador Adjunto do CEAU-CAU/RS  
Presidente da AsBEA/RS

**CARLA REGINA DAL LAGO VALÉRIO**

Secretária Executiva do CAU/RS